
Cultura, pluralismo e tolerância

Culture, Pluralism and Tolerance

Paulo Roberto Falcão de Araujo
Doutorando pelo PPGF-UFRJ
Bolsista CAPES

Resumo: Neste trabalho, tentei principalmente analisar o fenômeno cultural. Todavia, limitei o meu interesse a aspectos culturais que afetam diretamente a esfera política e que, conseqüentemente, exigem atenção dos governantes com relação ao manejo de ações públicas à luz do pluralismo de valores. A virtude da tolerância pode crivar o que está de acordo com os valores plurais daquilo que não está de acordo com esses valores.

Palavras-chave: cultura, pluralismo de valores, tolerância, relativismo, virtude

Abstract: In this paper, I attempt to analyze the cultural phenomenon. I limit my concern to cultural aspects that directly affect the political sphere, and as a consequence, demand the attention of politicians with respect to how they handle public actions in light of the pluralism of values. The virtue of tolerance can separate what is coherent in terms of plural values from that which is not.

Keywords: culture, pluralism of values, tolerance, relativism, virtue

I – Um pequeno esclarecimento

Para começar, o conceito de cultura adotado aqui não se refere a algo marcadamente individual, como o modo de vida do gênio ou de uma pessoa que vive longe da sociedade, com um código de vida bastante peculiar. Segmentos sociais com códigos de conduta muito específicos (torcidas esportivas, seitas de todos os tipos, fã-clubes etc.), que não alteram profundamente o *modus vivendi* da sociedade mais abrangente, também não receberão atenção aqui. Nossa intenção é manter uma discussão no nível mais genérico possível, apostando na ideia de que existem elementos comuns entre as diversas manifestações culturais. Assim, espera-se que esses elementos não sejam objetos de controversas profundas, melhor, sejam elementos normalmente bem aceitos por boa parte dos indivíduos que participam de tradições culturais as mais diversas.

II – Cultura

Seguindo o colocado no parágrafo anterior, acreditamos que a estruturação e o sucesso de uma cultura requerem três elementos abrangentes:

- 1) Um passado compartilhado e percebido como importante, gerando o que pode ser chamado de memória histórica ou cultural
- 2) uma linguagem comum que dê sentido aos símbolos culturais, com os quais o grupo constrói relações subjetivamente condicionadas
- 3) e técnicas utilizadas na montagem de determinada forma de vida, como a música, o estilo arquitetônico, os hábitos, a vestimenta etc.

Embora esse entendimento acerca da cultura possa, inicialmente, parecer limitado, acreditamos que ele é, na verdade, bem amplo. Não se quer afirmar que a vida de um solitário errante ou dos membros do clube dos adoradores de música dodecafônica não sejam formas culturais. Obviamente, eles contribuem com seus valores, mas essas modalidades excêntricas de participação cultural apresentam idiossincrasias que escapam aos interesses deste trabalho, porque, entre outros, essas modalidades excêntricas só ganham voz política quando associadas a grupos culturais mais amplos.

A partir dos elementos 1, 2 e 3, podemos afirmar que a cultura pode conformar e mesmo fundamentar alguns valores. Nela, o indivíduo arranja e rearranja seus valores, os quais podem se harmonizar ou entrar em conflito com os da sua comunidade, da sua etnia ou da sua nação. A cultura, portanto, dá forma e dimensão a conceitos importantes na vida de um grupo ou de um indivíduo, constituindo o substrato onde as escolhas adquirem uma configuração mais definida. Para Habermas: “[v]alores – mesmo aqueles que podem contar com o reconhecimento global – não flutuam livremente no ar, mas atingem a obrigatoriedade apenas dentro das práticas e ordenamentos normativos de determinadas culturas”.¹ Os valores encontram sustentação em práticas existentes, que afetam a maneira pela qual o indivíduo percebe o mundo, os outros indivíduos e a si

¹ HABERMAS (2003, p. 9).

mesmo. Obviamente, o percebimento cultural tem o poder de criar conceitos enganosos que podem, muitas vezes, gerar atitudes desumanas. Quando isso ocorre, o plano político tem o poder de potencializar concepções que resultarão em malefícios para determinado grupo social ou para grupos sociais percebidos como incongruentes com relação a determinado traço cultural. Basicamente, essa incongruência costuma se ancorar em traços genéticos e ideológicos, como, por exemplo, a cor da pele ou a religiosidade.

Uma das características da cultura é a sua capacidade de se ajustar às mudanças, sejam elas ambientais, sociais, históricas, ou de outro tipo. Às vezes, o processo de adequação torna mais vívidos os laços sociais. Noutras vezes, uma cultura desaparece por não conseguir se adaptar às mudanças que ocorrem normalmente durante a vida. As religiões proféticas parecem conseguir sobreviver bem às várias mudanças ocorridas no decorrer dos séculos. Traços das culturas italiana, francesa, germânica, inglesa, chinesa, japonesa entre outras também parecem ter sobrevivido e continuam a conformar o horizonte mental dos povos que as integram. Em contrapartida, elementos do modo de vida dos egípcios na época dos faraós, dos cultos órficos na Grécia Clássica ou da cultura asteca desapareceram completamente. O definhamento de uma forma cultural recorrentemente acontece na história da humanidade.

A extinção de uma cultura nem sempre deixa terreno infértil, pois pode propiciar o surgimento de novas formas culturais, que com ela manterão algum tipo de vínculo. Embora a cultura da Grécia Clássica tenha desaparecido, o mundo ocidental sofreu influências dela, até hoje percebidas. Se isso acontece conosco, em relação aos antigos gregos, distanciados de nós por mais de vinte séculos, também deve ter ocorrido o mesmo com eles, no tocante às formas culturais mortas no tempo de Platão, as quais também foram, certamente, afetadas por culturas mais antigas. Todas essas culturas, de uma maneira ou de outra, participaram da construção do mundo em que vivemos. Se, por exemplo, a Grécia Clássica fosse apagada dos registros históricos, certamente sentiríamos como se algum ponto substancial da cultura ocidental estivesse faltando. Para Darnton, a destruição do Museu Nacional do Iraque, durante a invasão americana, em 2003, poderá causar um estrangulamento na cultura iraquiana.²

² DANTON (2003, pp. 34-35).

Não é incomum a criação de um passado heróico entre os membros de uma nação, visando um espírito de coesão. Em contrapartida, um passado vergonhoso é geralmente recusado.³ A ocultação de um passado de atitudes reprováveis, com justificativas que visam a criação do orgulho cívico, pode, freqüentemente, contribuir para a coesão e a estabilidade sociais. Esse pragmatismo cultural possui, certamente, fortes raízes na psicologia humana e pode acarretar conseqüências desastrosas no plano político, como demonstram diversos exemplos históricos. No entanto, mesmo que a cultura possa favorecer perigosos tipos de preconceito, irracionalismo, nacionalismo, sectarismo, os valores culturais estabelecem uma ligação entre idos e possibilidades futuras. Em outras palavras, o passado ajuda a mostrar como se atingiu determinada situação. Conseqüentemente, os valores do presente apontam para certas possibilidades acerca do que se pode fazer. O desrespeito ao passado histórico de um povo pode promover, portanto, o estrangulamento de projetos futuros.

Um passado compartilhado costuma aparecer na forma de memória histórica. Como ressaltado, essa memória pode favorecer, infelizmente, ufanismos em detrimento de posturas razoáveis.⁴ Não obstante, a amnésia histórica – semelhante à amnésia psíquica – gera uma situação desconfortável, a de que certa parte da existência, que ficou pelo caminho, poderia ajudar nas decisões do aqui e agora. Nunca se começa algo do nada. Por isso o lugar em que se nasce, ou o lugar aonde se forma determinada visão de mundo, é importantíssimo para as possibilidades de escolha ao longo de uma vida. Também, é oportuno afirmar, os laços afetivos tendem a ressaltar determinado estilo de vida acolhido por uma cultura. Assim, certamente, o pigmeu africano e o metrosexual de *Wall Street* abordam determinadas escolhas de forma diferente, influenciados pelos respectivos estilos de vida que foram sendo construídos desde o berço.

Dessa maneira, encontramos certa orientação para nossas crenças por meio, entre outros, dos dados culturais. Comumente, a família e a comunidade proporcionam, num primeiro momento, uma maior troca de informações sobre como agir. A proximidade dos familiares e dos amigos engendra relações de afeto que participam da

³ ASSMANN (2003, p. 4).

⁴ ASSMANN (2003, p. 4).

construção da identidade do indivíduo, mesmo quando ele se rebela contra valores familiares e locais. O parentesco e os laços comunitários são dimensões afetivas que não podem ser desconsiderados, à medida que influenciam nas práticas políticas.⁵

Uma das premissas mais visíveis da diversidade cultural é a constatação da existência de várias formas culturais no mundo. Multiculturalismo, sociedades poli-étnicas, classes e minorias sociais ganham novos significados quando se leva a sério o pluralismo de valores, exigindo constantes adequações em contextos onde decisões práticas e políticas se mostram necessárias. No entanto, existe uma grande diferença entre levar em conta os dados culturais e transformá-los em tábuas douradas de leis, supostamente inscritas no universo dos valores. Um indivíduo deve ser capaz de superar idiossincrasias locais, quando essas lhe parecerem tolas ou imorais.

III – Cultura e pluralismo

A cultura, considerada como porta de entrada para um possível entendimento acerca de determinada noção de bem, também pode fornecer as bases para formas de vida não coerentes com os valores plurais. Fica, então, a pergunta:

Por que respeitar determinada cultura?⁶

Em geral, tenta-se defender a cultura com as seguintes alegações:

- 1) a cultura é um bem em si mesma;
- 2) a cultura permite que o mundo faça sentido e
- 3) a cultura propicia um leque de escolhas.⁷

Antes de começar a análise dessas três alegações, precisamos ressaltar que parece óbvio que os traços culturais repercutem em vários aspectos da vida social: desde a confecção de sapatos até a aplicação das leis. A influência cultural opera através de símbolos

⁵ WALZER (2003, pp. 311-332) aborda tópicos relacionados ao afeto.

⁶ Essa pergunta foi inspirada por um artigo de James Johnson (2000).

⁷ Na opinião de Johnson (2000, p.407), Charles Taylor, filósofo canadense, entende a cultura como um bem em si mesma.

compartilhados pelo grupo social, os quais são responsáveis pela formação de crenças que não são, necessariamente, assimiláveis em um primeiro momento, mas podem vir a sê-lo. A cultura se situa entre um universo imposto, arbitrário e aleatório e um universo potencialmente formador de fortes crenças, compartilhadas, no seu nascedouro, pela sociedade abrangente. Desse modo, a cultura é um elemento de percepção de símbolos mutáveis.

Retomando as três alegações em defesa da cultura, antes mencionadas, é preciso lembrar que a cultura depende de um conjunto de crenças – assentadas nas mentes dos seus membros – e dos símbolos que as formam. Não é sustentável afirmar que consista em um bem em si mesma. A cultura age simbolicamente na moral, nas artes, nas ciências e nas formas de vida, sem, contudo, ser uma finalidade em si mesma, tampouco um mero instrumento para se atingir determinado objetivo.⁸

As ações dos grupos sociais encontram, muitas vezes, fundamento em práticas culturais que permitem a construção de modos específicos para compreender o mundo. Não pretendo combater a idéia de que os valores culturais propiciam formas de apreender o mundo, proporcionando, até mesmo, bem-estar aos membros de uma comunidade. Entretanto, em um mundo plural e instável como o nosso, a imposição de valores que fazem sentido somente para determinado grupo pode fomentar atitudes intolerantes e sectarismos capazes de gerar conflitos extremos.

O ser humano parece ser capaz de fazer escolhas que afrontam os dados culturais e, com isso, as alternativas de escolha se tornam maiores – e, para um pluralista, “mais significa melhor”. Como as decisões se encontram dentro de um contexto cultural, a cultura fornece um campo de escolhas. Não se está a afirmar que a cultura seja um meio para se atingir a escolha autônoma. A cultura não é uma estrutura objetivamente identificável, uma das suas características é a mutação constante, devido a contingências variadas. Todavia, os dados culturais conseguem, artificialmente, compatibilizar crenças que se transformam em um projeto comum, criando, assim, um ambiente sistematizador para ações posteriores. Tal processo pode

⁸ Para James Johnson (2000, p. 410), a cultura mantém “uma espécie de distância elástica” entre os símbolos e os bens (materiais e espirituais) constituídos através desses símbolos.

limitar demasiadamente as escolhas, fazendo com que traços culturais entrem em confronto com o pluralismo de valores, pois, como colocado, a agência humana permite ir além dos limites culturais, possibilitando tomar decisões menos enviesadas e mais abertas a alternativas.

Pessoas nascem em lugares em que não escolheram e participam de formas de vida que também não optaram. Pode-se afirmar, com razão, que seja possível superar os dados culturais, mas é pouco convincente supor que se pode desconsiderá-los totalmente na vida prática. Enquanto o mundo estiver conformado do modo como o percebemos, várias escolhas levarão em conta, em alguma medida, os símbolos culturais que influenciam a vida política.

Mas, e se esses símbolos ferem o pluralismo de valores, desaguando na intolerância?

Formas de vida específicas, baseadas em aspectos culturais, podem solapar um empreendimento pluralista, como as que defendem a intolerância, o aprisionamento, a escravidão, o racismo, a desumanidade etc. Comumente, essas formas de vida encontram substrato em aspectos aleatórios e fantásticos da realidade, como características raciais e mitos históricos forjados. A fundamentação de valores nesses permite espaço para posturas que podem desembocar em atitudes antipluralísticas. Culturas não coerentes com o pluralismo de valores, não podem reivindicar respeito e tolerância, devendo, mesmo, ser combatidas.⁹

Alguns podem ter percebido que não é difícil associar o pluralismo de valores ao relativismo e ao ceticismo. Crowder, por exemplo, defende um relativismo moderado para sustentar o seu pluralismo.¹⁰ Entretanto, essas relações merecem um cuidado maior. Para saber se é lícito ligar o pluralismo de valores ao relativismo e ao ceticismo, torna-se necessário, primeiramente, tentar compreendê-los.

Como afirmado, o pluralista não defende a cultura pela cultura. Sem dúvida, o pluralista é sensível à reivindicação de que existem culturas diferentes, que, muitas vezes, possuem programas bastante distintos. No entanto, atenção às idiosincrasias das formas

⁹ CROWDER (2002, pp. 244-246) propõe que o multiculturalismo deveria defender a diversidade, a coerência com as virtudes pluralísticas e os direitos civis.

¹⁰ CROWDER (2002, p. 45). Gray (1996, p. 79), por exemplo, não acha implausível associar o pluralismo de Isaiah Berlin com algum tipo de relativismo.

culturais é um requisito entre outros numa avaliação. A cultura não governa tudo do seu trono. A defesa da cultura pela cultura pode incidir no que Crowder chamou de tradicionalismo, parecendo mesmo ser uma consequência inevitável da posição de quem considera o respeito à cultura como sendo o valor mais alto.¹¹

Penso que o raciocínio moral seja inescapável. Afirmar que tal cultura ou que tais e tais inclinações ditam, por completo, todas as ações é não querer arcar com a responsabilidade das escolhas, considerada parte importante do que é ser um ser humano.

O pluralista respeita outras culturas porque percebe que sua concepção de bem pode estar errada e, também, porque compreende que outras noções de bem podem enriquecer a sua própria. Em geral, o pluralista demonstra ceticismo acerca da possibilidade de dar uma resposta definitiva à questão sobre qual a melhor forma de vida. Certamente, existem vidas degradantes que tiveram suas escolhas limitadas, que se encontram em uma sociedade injusta, que são vítimas de contingências sociais variadas etc. Excetuando-se esses casos, o pluralista defende, em princípio e como fundamentais, todas as noções compartilhadas de bem.

IV – Tolerância

Existem várias modalidades de tolerância, de atitudes de pais com os filhos a condutas de grupos sociais que reivindicam direitos. Pode-se afirmar que, por exemplo, atitudes tolerantes entre torcidas de times rivais não participam da “essência” da tolerância e, também, práticas idiossincrasias muito excêntricas não constituem o seu objeto. O problema da tolerância apresenta-se, em geral, entre grupos que possuem um passado, uma cultura, uma história, uma religião e modos de vida bastante enraizados.

A existência de maneiras diferenciadas de se lidar com a tolerância parece ser uma trivialidade resultante do universo prático, mas soa estranho a criação de um espaço privilegiado para a prática da tolerância. Walzer, no trabalho intitulado *Da tolerância*, adverte não

¹¹ CROWDER (2002, pp. 122-129) identifica duas atitudes relativistas: o conservadorismo de John Kekes e o pragmatismo de John Gray.

tratar “da tolerância dos indivíduos dissidentes ou excêntricos no âmbito da sociedade civil ou do Estado”. Ele continua:

O indivíduo excêntrico, solitário em sua diferença, é bastante fácil de tolerar e, ao mesmo tempo, a repugnância social pela excentricidade e a resistência a ela, embora sejam sem dúvida pouco atraentes, não são muito perigosas. Os riscos são muito maiores quando lidamos com grupos dissidentes e excêntricos. (WALZER, 1999, pp. 13-14).

Walzer realiza uma associação indevida entre a prática da tolerância e a quantidade de pessoas a serem toleradas: quanto menor o número de pessoas (no caso em questão, somente indivíduos excêntricos) a serem toleradas, mais “fácil de tolerar”. É uma relação inversamente proporcional entre o tolerar e a quantidade de pessoas a serem toleradas. A justificativa não parece convincente. O importante nas práticas de tolerância são os argumentos. Não há indícios de que os argumentos de um indivíduo excêntrico sejam mais admissíveis ou menos difíceis de aceitar do que os argumentos de um grupo, formado por dez, cem, cem mil ou um milhão de pessoas. Argumentos são argumentos e não dependem do contingente de pessoas que os defendem para serem melhores ou piores.

Talvez Walzer esteja afirmando que, politicamente, é mais fácil haver-se com a discordância de uma única pessoa do que com a de um grupo civilmente organizado. Nesse ponto, não há do que discordar. A esfera política parece ser o espaço privilegiado para a tolerância, porque exige estruturação civil mínima, a fim de permitir que seus membros sejam ouvidos.

Antigamente, quando não havia uma delimitação precisa entre os poderes político e religioso, várias guerras foram travadas entre partidários de crenças distintas. Guerras políticas e religiosas são empreendidas, em geral, por combatentes que compartilham convicções pelas quais estão dispostos a morrer, pois sabem que do lado adversário estão outros combatentes que possuem suas próprias convicções, pelas quais também são capazes de morrer. Não fazia sentido a luta de um indivíduo ou de um grupo pequeno, defendendo uma crença peculiar, contra multidões seguidoras de uma religião tradicional. Assim, lutar por uma crença particular ou que refletisse o

desejo de uma minoria não receberia atenção e não seria objeto de tolerância.

Pelo menos no que toca a essa questão, a atitude pragmática de Walzer permanece dependente de uma mentalidade de tolerância a quem tem poder político, precisando, sobretudo atualmente, ser ultrapassada. A tolerância é uma virtude que exige coerência nas ações realizadas em situações diversificadas. É tolerante um povo que negocia a paz com seus vizinhos, mas persegue um escritor que, supostamente, feriu a religião desse povo? É tolerante um pai sempre cordial e liberal socialmente, mas que não permite aos seus filhos brincarem com crianças de outras classes sociais? É tolerante um grupo que prega a liberdade de opinião, mas não permite que seus membros tenham opiniões divergentes, ou não aceita que outros grupos tenham opiniões diferentes? É tolerante um indivíduo que suporta, por conveniência, um modo de vida, mas cultiva um ódio que espera somente o momento adequado para explodir? Se as respostas para essas indagações forem negativas, o conceito de tolerância necessita de reformas, indo além do âmbito político.

V – A virtude da tolerância

Espera-se que o pluralista seja capaz de reconhecer formas de vida consideradas desumanas. Para tanto, recorre-se comumente à ideia de tolerância para separar o joio do trigo. Todavia, a tolerância do pluralista necessita se reforçar com ideais virtuosísticos, caso se pretenda considerar o multiculturalismo com seriedade. Assim, a tolerância não pode ser igualada a uma atitude de resignação frente a outras noções de bem, com o argumento de que é a melhor opção para a sobrevivência. O perigo, no caso, consiste no desenvolvimento de posições do tipo “tolero este e aquele desde que fiquem no seu lugar, ou seja, longe de mim”. Pensar assim não significa tolerar, mas acomodar-se num mero suportar.

Os arranjos políticos exigem, usualmente, que a tolerância reduza-se a um mero suportar, o qual pode consistir em um passo para a indiferença, atitude que, geralmente ofensiva, se aproxima de uma postura de intolerância.¹² Assim sendo, a tolerância pode dar as mãos

¹² ETTE (2002, pp. 22-24).

à intolerância, quando se espera, apenas, preservar a ordem social. Talvez seja unicamente isso que se possa aspirar, quando se olha para a história da humanidade e para a reduzida abertura de várias pessoas em relação a valores alheios. Práticas tolerantes talvez encontrem espaço somente como instrumento para as amabilidades sociais, as conveniências econômicas e o turismo.

A tolerância, como uma virtude, exige esforço no sentido de um melhoramento ético, possibilitando abertura e respeito para com outras formas de vida. A tolerância possui, desse modo, dois níveis: o da prática político-jurídica e o da conduta ética individual, marcadas pelos confrontos entre as várias noções de bem.¹³

O primeiro nível está relacionado com a indiferença do direito em relação à diversidade cultural. As práticas políticas e jurídicas não devem privilegiar este ou aquele modo de vida, posto que não é possível fundamentar a estrutura jurídica em uma concepção particular de bem, ou que contemple todas as noções, especialmente em uma sociedade multicultural. O que deve ser contemplado é a igualdade política dos cidadãos.¹⁴

Todavia, é complicado fechar os olhos e tapar os ouvidos para a diversidade cultural. A tolerância que se estabelece no plano político e jurídico representa um *medium* entre a imparcialidade e o reconhecimento da multiplicidade de culturas.¹⁵ O estabelecimento do *medium* é algo abstrato, servindo de espaço para reivindicações dos que se sentem feridos nos seus direitos. Obviamente, existem situações demasiado particulares em que a generalidade não alcança, o que traz a desconfiança de que esse *medium* pertença ao mundo dos elfos e duendes.

A esfera política, como todo campo de ação humana, está repleta de imperfeições, interesses particulares e jogos de poder. Não há dúvida disso! Todavia, a idéia de que a tolerância não seja pura especulação vazia vem da constatação de que os vários grupos sociais almejam que políticos e juristas considerem, seriamente, alcançar esse *medium*. Nem sempre, ou quase nunca, as ações efetivas de um indivíduo ou de um grupo acompanham suas palavras. No entanto, sustenta-se comumente – por vezes, aos gritos – que toda cultura deve

¹³ ETTE (2002, p. 22).

¹⁴ HABERMAS (2002, pp. 254-255).

¹⁵ HABERMAS (2002, p. 253).

ser respeitada e que o Estado deve tratar todas de modo idêntico e respeitoso.

Se a tolerância política reduz-se a um simples suportar ou à indiferença, não serve como virtude. A postura virtuosa exige ações consideradas morais, as quais não rimam com acomodação e conveniência. O poder político detém a força da coação, mas não penetra no coração das pessoas. A tolerância exclusivamente política sustenta-se na corda bamba. A transformação ética individual constitui o passo fundamental para atitudes verdadeiramente tolerantes, por dois motivos.

Primeiro. A tolerância é a virtude cuja prática pressupõe o reconhecimento da existência de outras formas de bem. Como, porém, a aceitação desse fato não basta, é necessário que o tolerante esteja constantemente aberto às mudanças e disposto a rever seus valores mais arraigados. Ele mostra-se disposto a conhecer outros valores e a modificar os seus, mesmo quando a mudança envolve desconfortos psicológicos e escolhas penosas. O tolerante é, conseqüentemente, capaz de acusar, como intolerante ou injusto, o próprio grupo de cujos valores compartilha. Ele não coloca seu modo de vida acima do bom senso, da boa-fé e da justiça.

Segundo. O indivíduo tolerante é inclinado a lidar com o conflito moral, aceitando-o como permanente. Tolerar é entender que um universo de harmonia e de paz absolutas representa uma impossibilidade. Sendo assim, toda tentativa de fundamentação da vida social e dos arranjos políticos em um ideal de perfeita harmonia está equivocada: o conflito permanente solapa qualquer proposição de sociedade perfeita.

Vários artifícios podem ser empregados pelo Estado para obrigar os cidadãos a aceitar determinada concepção de bem, como comensurar todas as noções de bem a uma religião, ao poder estatal ou contra o inimigo externo. Essas estratégias tendem a funcionar por algum tempo, mas freqüentemente ruem, muitas vezes de forma catastrófica. A partir do pluralismo de valores, é desumano exigir que os indivíduos sigam, forçosamente, uma única noção de bem.

Referências bibliográficas

ASSMANN, Aleida. *A gramática da memória coletiva*. Humboldt. Munique, 86 (2003), p. 2 – 4.

CROWDER, George. *Liberalism and value pluralism*. New York: Continuum, 2002.

DARNTON, Robert. *Nós, os vândalos*. Humboldt, Munique, 87 (2003), pp. 34-35.

ETTE, Ottmar. O respeito à diferença gera tolerância: seis teses. Humboldt, Munique, 85 (2002), p. 22-27.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *O que significa a derrubada dos monumentos histórico-culturais?* Humboldt, Munique, 87 (2003), p. 6-9.

JOHNSON, James. *Why respect culture?* American Journal of Political Science. Volume XLIV, nº 3 (2000), p. 405-418.

WALZER, Michael. *Da tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

